



**AO JUÍZO DA PRIMEIRA VARA DE FAMÍLIA ORFÃOS E
SUCESSÃO DE CEILÂNDIA-DF.**

Processo nº: xxxxxxxxxx

Fulana de tal, brasileira, divorciada, bombeira civil, portadora do RG nº xxxxxxxxxx -SSP/DF, CPF nº xxxxxxxxxx, residente e domiciliada na **xxx xx, Conjunto x, casa xx, /DF, telefone 61 xxxxxxxxxx**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem perante Vossa Excelência por intermédio da Defensoria Pública, expor e requerer o que segue:

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em face:

FULANA DE TAL, brasileiro, divorciado, marceneiro, RG xxxxxxxx - SSP/DF, CPF xxxxxxxxxx, endereço QNO xx, Conjunto x, casa xx, /DF, CEP xxxxxxxx, tel. 61 9, pelas questões de fato e direito que passa a expor.

I. DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA:

Invoca a exequente a norma substanciada no art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal, combinado com o artigo 98 do Código de Processo Civil, para fins de postular a concessão do beneplácito legal respeitante à justiça gratuita, vez que não se afigura em condições de arcar com os encargos financeiros da demanda sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.



II. DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS QUE CONFEREM SUSTENTÁCULO AO PEDIDO

Analizando-se o teor da sentença prolatada nos autos supracitado, verifica-se que o réu acordou às fls. 39/40, a pagar à requerente, ora exequente, a título de indenização pela partilha dos bens a quantia de R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxxxx) em xx (xxxxx) parcelas, sendo a primeira o valor de R\$ xxxx (xxxxxxxxxxxxx), com vencimento no dia xxxxxxxx, e a segunda no valor de R\$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxx), com vencimento no dia xxxxxxxxx, por meio de depósito na conta corrente nº xxxxxxxxxx, agência xxxx, do Banco, de titularidade da suplicante. Em caso de mora, incidirá sobre cada uma das parcelas multa de 10 %, correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% ao mês, incidentes da data de cada vencimento.

Foram feitas várias tentativas amigáveis para recebimento do referido valor, contudo, o executado se recusa a pagar.

Assim, verifica-se que o requerido é devedor do valor atualizado das xxxx parcelas em R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), atualização anexa.

Neste toar, diante da recalcitrância do devedor em observado o comando sentencial, é de rigor seja ordenada a pesquisa ao Sistema SISBAJUD a fim



DEFENSORIA PÚBLICA

D I S T R I T O F E D E R A L

Nesse diapasão, para fins de obter-se o cumprimento específico da obrigação assumida pelo executado, ou a garantia do resultado prático equivalente, finda por postular a exequente:

1. A intimação da parte executada para que, realize o pagamento voluntário da quantia devida que totaliza R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx), no prazo de quinze dias, conforme artigo 523 do Novo Código de Processo Civil;

2. Não havendo o pagamento voluntário no prazo de quinze dias, postula-se que o valor devido seja acrescido de multa de 10% e honorários advocatícios a serem fixados em 10% sobre o valor do débito, conforme artigo 523, § 1º do Novo Código de Processo Civil, postulando-se, desde logo, que seja realizada a penhora on-line do valor exequendo, nos termos dos artigos 835, I, e 854 do Novo Código de Processo Civil.

3. Com o depósito do valor devido ou realizada a penhora on-line, postula-se a expedição de alvará automatizado em favor da parte exequente.

Nesses termos, pede deferimento.

Dá-se à causa o valo de R\$ xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)

Nesses termos, pede deferimento.

/DF, xx de mês de xxxx.